

OPINIÃO

Vitória (ES), segunda-feira, 15 de fevereiro de 1999 - 5

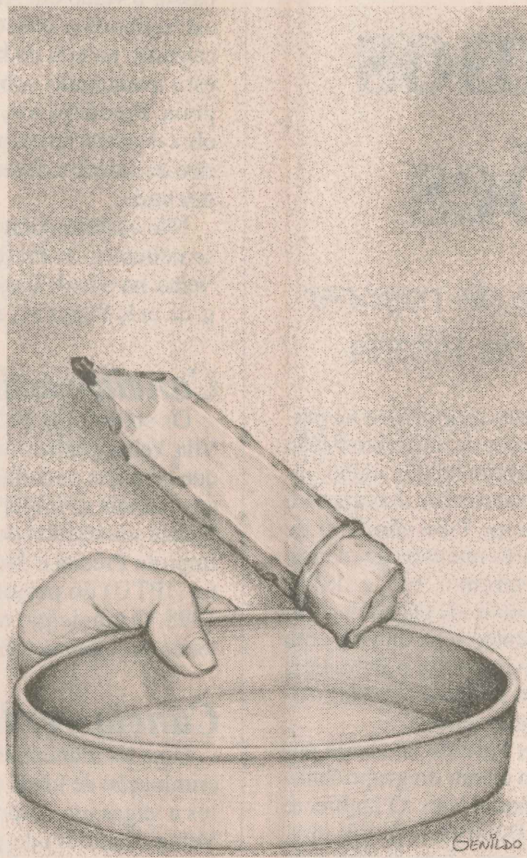
Educação para todos na berlinda

MAGNO DE AGUIAR MARANHÃO

Educação obrigatória e disponível para todos: estímulo ao ensino secundário geral e profissionalizante, com implantação de ensino gratuito e assistência financeira em caso de necessidade; informação e orientação educacionais e profissionais acessíveis a todas as crianças; estímulo à frequência regular à escola e redução dos índices de evasão escolar. Tais são alguns dos itens dispostos no artigo 28 da Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada em 1989, e que reafirmam e garantem o direito à educação, que já constava na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, ratificado ainda no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, de 1990, e na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada no mesmo ano. Todos os países membros assinaram embaixo. Mas, prestes a entrar no Século XXI, enfrentando cortes de verbas no setor educacional, e plenamente conscientes da baixa qualidade do ensino básico oferecido à população, até que ponto nós, aqui no Brasil, podemos dizer que fomos fiéis ao compromisso assumido?

O relatório Situação Mundial da Infância - 1999, elaborado pelo Unicef, não deixa ninguém mentir. Os indicadores de uma tabela que inclui 193 países, divididos em quatro grupos (ECO/CEI e Estados Bálticos; Países industrializados; Países em Desenvolvimento - no qual estamos incluídos - e Países menos desenvolvidos), mostram claramente que o Brasil está deixando muito a desejar e, o que é pior, aparentemente passando longe da idéia defendida nesses encontros e convenções de que a educação é uma força de mudança social e o elemento isolado mais poderoso para o combate à pobreza, para a capacitação de mulheres, proteção da criança contra a exploração sexual, exploração de mão-de-obra infantil em atividades que exponham crianças a situações de risco e... podemos parar por aí. Basta passar os olhos pelas manchetes dos jornais para constatar que denúncias deste tipo continuam a pipocar com frequência.

Dos 21 países da América Latina e do Caribe, o Brasil é, juntamente com a Guatemala, o país que apresenta as taxas de repetência mais altas - cerca de 15 por cento dos alunos de escolas primárias. A região, como um todo, pode se gabar de que o acesso à educação primária é universal, ao menos teoricamente, e que a taxa de matrículas, desde 1960, se expandiu rapidamente, numa taxa de 4,4 por cento ao ano, chegando a 90 por cento. Ou seja: entrar para a escola, as crianças entram. Mas ficam? Levando em conta a taxa de repetência e evasão (que



O PAÍS VEM TOMANDO INICIATIVAS PARA A CRIAÇÃO DE ESCOLAS COMUNITÁRIAS

chega a mais de 40 por cento em países como Bolívia, Colômbia, El Salvador, Haiti, Nicarágua e República Dominicana), a conclusão óbvia é de que algo anda errado dentro das instituições de ensino.

Altas taxas de repetência e evasão são indicadores, segundo o relatório, de baixa qualidade de educação, abordagens pedagógicas rígidas e tradicionais, o que desestimula a permanência do aluno. Evidentemente, podemos acrescentar muito mais a essa lista de motivos. Numa região que, como reconhece o próprio Unicef, apresenta as maiores disparidades econômicas entre ricos e pobres, uma distribuição de renda das mais injustas do planeta, educação vira artigo de luxo para as faixas mais carentes. Ou nem sempre apenas para as mais carentes. A própria classe média brasileira, faixa que mais tem sido afetada pela crise econômica, de-

vido à alta no preço dos serviços, faz contorcismos em seu orçamento para que seus filhos possam escapar do ensino público, tenham um ensino secundário decente e, assim, consigam chegar à Universidade. De onde, aliás, nem sempre sairão com garantia de sucesso dentro de um mercado de trabalho estrangulado.

Desnecessário dizer que as faixas menos favorecidas, que sequer sonham com a possibilidade de um ensino particular, muitas vezes nem se esforçam pelo ensino público (e as intermináveis filas nas escolas públicas para conseguir matricular uma criança são a prova de que, na prática, o acesso ao ensino básico não é tão universal assim). Diante da necessidade de sobrevivência imediata, é um alívio para inúmeras famílias a criança mostrar-se capaz, o quanto antes, de trazer da rua alguma contribuição para o orçamento familiar. Existem bolsões de pobreza e desinformações totais - basta lembrar que, apesar de listado entre os países em desenvolvimento, o Brasil apresenta uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da América Latina e Caribe (84 crianças em mil morrem antes dos cinco anos de idade), ficando em nono lugar. No mundo, está em 44º lugar.

Assim como no Paraguai, Peru e Colômbia, o país vem tomando iniciativas para a criação de escolas comunitárias, que incentivem a formação da criança dentro do seu ambiente, a partir das suas próprias experiências cotidianas. Porém, não existem, ainda, iniciativas de peso. O que significa estarmos distantes de obedecer à orientação da Convenção de que cada país deve adotar as medidas adequadas para assegurar uma disciplina escolar compatível à dignidade humana da criança.

Para o Unicef, os esforços mundiais objetivando uma "Educação para Todos" têm sido altamente prejudicados, sim, pelo crescente endividamento dos países em desenvolvimento, mas lembrando que a educação é um dos melhores investimentos que um país pode fazer visando à sua própria prosperidade. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso a vontade política necessária. O problema é que, assim como para outros países, no Brasil nunca se encontra a hora certa para esse investimento. Há sempre necessidades mais prementes, outros problemas a serem resolvidos a curto prazo. Enquanto isso, a educação continua à espera do momento mais adequado para conseguir uma melhora de nível. Se a coragem para fazer esse momento acontecer, apesar de tudo, tivesse surgido há algumas décadas, o Brasil com certeza apareceria numa posição melhor, não apenas nos relatórios das Nações Unidas, mas aos nossos próprios olhos.

■ MAGNO DE AGUIAR MARANHÃO é reitor do Centro Universitário Augusto Motta (RJ)